

## TOXICODEPENDÊNCIA

SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA  
SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS  
SENHORA E SENHORES MEMBROS DO GOVERNO

No próximo dia 26 de Junho celebra-se o “Dia Mundial de Luta contra o Abuso e Tráfico Ilícito de Drogas”, data que serve para que toda a população reflita sobre as causas e consequências desta problemática. Importa unir esforços e consciencializar toda a comunidade para todos os meandros deste drama que atinge muitos jovens açorianos.

O objectivo desta intervenção é para chamar, uma vez mais, embora nunca suficiente, a atenção para este drama social que atinge muitas famílias açorianas.

O Homem, desde os primórdios da sua existência, sempre consumiu substâncias que lhe provocasse sensações de prazer, alívio de dores, e, até mesmo, o pretenso contacto com os deuses. Desde há séculos que existem drogas, no entanto, nunca consumidas nas quantidades que se verifica actualmente.

A realidade é que a grande maioria de nós tem uma série de rituais que nos “prende”, em troca de uma suposta sensação de prazer. Tirando-se um só que seja desses rituais, o sistema nervoso reage e surgem os sintomas de carência com as consequências que daí resultam.

A habituação torna-se muito menos “inofensiva” quando os limiares de prazer são demasiado elevados. É, por esta razão, que milhões de pessoas em todo o mundo se entregam aos “prazeres” de substâncias lícitas, ilícitas/drogas, tornando-se esta a sua única razão de ser e de existir. A família, a escola, o trabalho, os amigos, tudo deixa de interessar.

A toxicodependência é um dos problemas sociais mais graves, que tem marcado dramaticamente as últimas décadas. Ninguém pode alhear-se desta realidade, é um fenómeno social que diz respeito a todos – uma responsabilidade de todos e de cada um.

Um dos aspectos fulcrais do problema reside na própria sociedade, na forma como está organizada, criando um fosso profundo entre o jovem e o adulto.

A capacidade de pôr em causa os valores sociais é muito comum na adolescência, no entanto, para algumas pessoas, a oposição a tais valores é sistemática e converte-se num “*modus vivendi*”. Um outro aspecto a salientar é a curiosidade e o gosto do risco, próprios da adolescência e juventude. Em muitos destes casos sucedem situações de “desvio social” propícias à iniciação nas toxicodependências.

A Família, a Escola, o Trabalho, o Grupo de Amigos, as Actividades Sociais, o Nível Sócio-Económico, a Comunicação Social e a Publicidade são factores que poderão influenciar de forma positiva ou negativa os jovens, afastando-os ou conduzindo-os, respectivamente, para o mundo da droga.

Temos que admitir que este problema é de difícil resolução numa perspectiva de erradicação do mesmo. Por conseguinte, a actuação tem de ser de gestão, incisiva e abrangente, de modo a que os níveis de consumo baixem e logicamente baixe, também, o nível de preocupação

social. Esta gestão depende de todos nós. Temos a responsabilidade comum de fazer o melhor possível, por nós e pelos que virão.

SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA  
SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS  
SENHORA E SENHORES MEMBROS DO GOVERNO

Este tema que muita controvérsia tem gerado, fundamentalmente pelo insucesso de lutas levadas a cabo por governos de vários países, implica a colaboração da população em geral, caso contrário, muito dificilmente se reúnem condições para diminuir o problema. Em primeiro lugar, importa encarar a toxicodependência como uma doença e não como uma atitude de rebeldia e negação de valores por parte dos consumidores. Só assim, se conseguem implementar medidas de sucesso no âmbito da prevenção e combate ao consumo de drogas.

Podem apontar-se alguns factores de risco para justificar esta tendência de consumo que, convém salientar, variam de local para local. A nível familiar, registam-se, entre outros, a precariedade económica do agregado familiar, famílias desestruturadas ou com ausência de suporte emocional dos adultos em relação às crianças e jovens. A nível escolar, podem destacar-se, entre outros, escolas incorrectamente dimensionadas e com más instalações, pouca participação estudantil, insucesso escolar e abandono precoce da Escola. Neste aspecto, importa destacar o empenho do Governo Regional dos Açores no âmbito de investimentos efectuados no meio escolar, nos vários níveis de ensino, proporcionando, entre outras valências, suporte para uma prevenção primária mais eficaz.

Relacionado com os factores enunciados, surge a baixa auto-estima do jovem e o conseqüente “refúgio” no consumo de drogas. A incapacidade de assumir valores e de ter opiniões próprias com alguma autoconfiança é, talvez, o maior risco individual para a iniciação às drogas.

Por outro lado, é fundamental assegurar um controlo apertado da oferta, isto é, dos mercados ilícitos de tráfico de droga. Sem medidas eficientes de combate a este comércio ilegal, a tendência será, tragicamente, de aumento do consumo.

A adolescência é uma fase difícil para uma larga percentagem dos jovens, cujos problemas mal resolvidos de conflitos familiares e de identificação errada com determinadas “normas sociais” provocam frustrações que impelem à fuga para a droga. Por outro lado, a adolescência é para todos uma época de experimentação e de procura dos limites do “eu”, de atitudes e práticas sociais que levam, em muitos casos, à iniciação no âmbito da droga.

Quanto às medidas preventivas, fundamentais para evitar o alastramento deste fenómeno, resumem-se às duas grandes instituições basilares na educação cívica dos jovens: a Família e a Escola. Quanto à primeira, importa estarem disponíveis para ouvir e perceber os anseios e os problemas dos filhos, aprenderem a dialogar e negociar com os mesmos, a providenciarem para que haja disciplina, ou seja, regras que a família deverá cumprir de forma séria e, por último, os pais deverão encorajar sistematicamente os aspectos positivos e os sucessos dos filhos. Relativamente à Escola, tudo o que foi referido sobre a interacção entre pais e filhos é válido para a interacção entre os professores e alunos: o professor é um “modelo” pelo que não deverá ter comportamentos consumistas e deverá providenciar para que haja na escola a disponibilidade, negociação, disciplina e encorajamento.

Este drama, que afecta, também, a sociedade açoriana, tem vindo a crescer abruptamente atingindo, sobretudo, os mais jovens.

Nos últimos anos, assiste-se a um acréscimo de maus hábitos, nomeadamente o consumo excessivo de drogas por parte dos jovens, facto que suscita muita preocupação e ponderação sobre medidas de prevenção a implementar para evitar o surto desta “praga” social.

O nível exacto de conhecimento sobre o fenómeno da droga no arquipélago dos Açores é, ainda, insatisfatório, escasseando os dados para uma completa caracterização da realidade.

É essencial abordar este problema com objectividade e reflectir sobre as críticas que se façam. É um problema mundial, cujas medidas implementadas nem sempre originam os resultados desejáveis, tal a complexidade do mesmo.

Na Região, têm sido desenvolvidas iniciativas ao longo dos últimos anos, pelos vários governos. Medidas estas que, embora nem sempre bem sucedidas, tentaram prevenir consumos, minimizar riscos, tratar e garantir a reinserção dos ex-consumidores.

SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA  
SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS  
SENHORA E SENHORES MEMBROS DO GOVERNO

Pretendo destacar, como medida recente e de repercussão alargada neste âmbito, o “Programa Regional de Prevenção do Uso e Abuso de Substâncias Psicoactivas/Droga”, dirigido a crianças e adolescentes, doentes em tratamento, profissionais, educadores e formadores sociais.

Com este programa, implementado pelo VIII Governo Regional e prosseguido pelo actual Governo Regional, pretende-se, por um lado, continuar a efectuar o levantamento relativamente à dimensão e natureza da toxicodependência na Região e, por outro lado, desenvolver acções no domínio da prevenção primária, secundária e terciária, dinamizando actividades de informação na comunidade e de formação dos agentes sociais com um papel privilegiado junto da mesma.

Sem caracterizar profundamente esta iniciativa, importa realçar que tem por domínio as áreas da Prevenção Primária, Redução de Riscos e Minimização de Danos, Tratamento, Reinserção Social, Formação, Investigação e Informação Estatística, Cooperação Internacional e Avaliação.

A abrangência deste Programa permite uma intervenção alargada, nomeadamente intervenção em conjunto com os profissionais, a intervenção em conjunto com a população jovem e com os seus familiares educadores, a intervenção junto dos consumidores e dependentes e a intervenção junto com os media.

Pretende-se, assim, até 2008:

- Melhorar os mecanismos de acompanhamento, análise e tratamento estatístico tendentes a melhorar o conhecimento sobre a natureza e a dimensão do problema;

- Conseguir que 75% dos alunos do Ensino Básico e Secundário obtenham informação acerca das consequências do consumo nocivo de bebidas alcoólicas e outras substâncias psicoactivas/drogas;
- Conseguir que 50% dos familiares mais próximos dos mesmos alunos, sejam sensibilizados para os problemas relacionados com o consumo de álcool e outras drogas;
- Sensibilizar e informar 100% dos professores do 1º ciclo do Ensino Básico sobre a problemática da adictologia;
- Sensibilizar e informar todos os profissionais de saúde para a problemática da adictologia e dependência de outras substâncias e comportamentos;
- Identificar a taxa de prevalência e incidência dos dependentes que recorram aos serviços de saúde;
- Reforçar as respostas terapêuticas para dependentes de álcool e outras substâncias Psicoactivas/Drogas de forma a responder a pelo menos 50% dos necessitados;
- Sensibilizar e informar 50% dos professores dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Secundário para os problemas das toxicodependências;
- Triplicar o número de profissionais com diferenciação no âmbito das toxicodependências;
- Incrementar, de forma adaptada à cultura local, respostas de redução de riscos.

Na sequência dos objectivos do programa, atrás descrito, encontra-se em fase de preparação e discussão pública um Plano de Intervenção com a designação de “Plano Integrado de Promoção da Saúde na Prevenção dos Comportamentos de Risco”. Esta iniciativa, vem permitir uma intervenção alargada em vários domínios e agentes, com particular incidência na prevenção primária.

Importa, igualmente, referir outras medidas implementadas, com o objectivo comum de minimizar o flagelo social da toxicodependência.

Entre outras, destaco os apoios regulares às IPSS’s e ONG’s para intervenção também nesta área, bem como o total apoio às três Comissões de Dissuasão da Toxicodependência existentes na Região.

Foram, também, realizadas várias acções de formação por todo o arquipélago, sob o tema “Droga: Educar para Prevenir”, abrangendo cerca de 500 técnicos e mais de um milhar de açorianos repartidos pelas várias ilhas.

Convém destacar, ainda, o papel fulcral do Centro de Adictologia de Angra do Heroísmo, da Casa de Saúde de São Miguel e dos vários Centros de Saúde das restantes ilhas em todo este processo.

SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA  
SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS  
SENHORA E SENHORES MEMBROS DO GOVERNO

Pretendo, não despoletar um debate político de acusações de parte a parte, mas sim consciencializar todos os açorianos para a necessidade de prevenir futuros casos, tratar adequadamente os doentes existentes e garantir um efectivo apoio no âmbito da reinserção de ex-consumidores. Todas as medidas levadas a cabo são louváveis, todos sabemos que nunca são suficientes, no entanto, há a consciência por parte dos governantes de que muito importa fazer para o bem-estar de toda a sociedade.

Disse.

Sala das Sessões, 16 de Junho de 2005

O Deputado Regional  
João Carlos Lemos Bettencourt